



LEI Nº 1.184/2017, DE 13 DE JUNHO DE 2017

Publicado nesta data mediante
Afixação no "Placar" da Prefeitura
Palmeiras de Goiás, 13/06/2017

Lucas Cardoso de Sousa

Secretário de
Administração e Planejamento

Decreto nº 001/2017

"Institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências"

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS**, ESTADO DE GOIÁS, no interesse superior e predominante do Município e em cumprimento ao Mandamento Constitucional, estabelecido no § 2º do art. 165, da Carta Federal, em combinação com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Observar-se-ão, quando da feitura da lei de meios, a vigor a partir de 1º de janeiro de 2018 e para todo o exercício financeiro, as Diretrizes Orçamentárias estatuídas na presente Lei, por mandamento do § 2º do Art. 165 da Constituição Federal, bem assim da Lei Orgânica do Município, em combinação com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, compreendendo:

- I - Orientação à elaboração da Lei Orçamentária;
- II - Diretrizes das Receitas; e
- III - Diretrizes das Despesas.

Parágrafo Único. As estimativas das receitas e das despesas do Município, sua Administração Direta e Indireta, obedecerão aos ditames contidos na Constituição Federal e do Estado de Goiás, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, inclusive as normatizações emanadas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e, ainda, aos princípios contábeis geralmente aceitos.

SEÇÃO I
DA ORIENTAÇÃO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018 abrangerá os Poderes: Legislativo, Executivo, fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes gerais, sem prejuízo das

[Handwritten signature]



normas financeiras estabelecida pela legislação federal, aplicável à espécie, com sujeição às disposições a serem contidas no Plano Plurianual de Investimentos e as diretrizes estabelecidas na presente Lei Complementar, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, formulados e avaliados segundo suas prioridades.

Parágrafo único. É vedada, na Lei Orçamentária, a existência de dispositivos estranhos à previsão da Receita e à fixação da Despesa, salvo se relativos à autorização para abertura de Créditos Suplementares e Contratação de Operações de Crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art. 3º. A proposta orçamentária para o exercício de 2018 conterà as prioridades da Administração Municipal estabelecidas no PPA, da presente Lei Complementar e deverá obedecer aos princípios da universalidade, da unidade e da anuidade, bem como identificar o Programa de Trabalho a ser desenvolvido pela Administração Municipal.

Parágrafo Único. O Programa de Trabalho, a que se refere o presente artigo, deverá ser identificado, no mínimo, ao nível de Função e Sub-Função, natureza da despesa, projeto atividades e elementos a que deverá acorrer na realização de sua execução, nos termos da alínea c, do inciso II, do art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do Plano de Classificação Funcional Programática, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64.

Art. 4º. A proposta parcial das necessidades da Câmara Municipal será encaminhada ao Executivo, tempestivamente, a fim de ser compatibilizada no orçamento geral do Município.

Art. 5º. A proposta orçamentária para o exercício de 2018 compreenderá:

I – Mensagem;

II – Demonstrativos e anexos a que se refere o art. 3º da presente Lei Complementar;

III - Relação dos projetos e atividades, com detalhamento de prioridades e respectivos valores orçados, de acordo com a capacidade econômico-financeira do Município.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual autorizará o Poder Executivo, nos termos do artigo 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a abrir Créditos Adicionais, de natureza suplementar, até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa fixada na própria Lei, autorizando também a criação de elementos de despesas não consignados no orçamento não alterando a ação programática, a criação de fontes de recursos através de decreto orçamentário, utilizando como recursos a anulação de dotações do próprio orçamento, o excesso de arrecadação do exercício realizado e projetado, e o *superávit* financeiro, se houver, do exercício anterior.

Parágrafo Único. A fonte criada deverá ter como recurso o saldo para suplementar advindo de outra fonte que tenha a mesma codificação.



Art. 7º. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 8º. O Município aplicará 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências, na manutenção da saúde básica.

Art. 9º. O Município contribuirá com 20% (vinte por cento), das transferências provenientes do ICMS, do FPM e do IPI Exportação, para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com aplicação, no mínimo, de 60% (sessenta por cento) para remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público e, no máximo 40% (quarenta por cento) para outras despesas.

SEÇÃO II AS DIRETRIZES DA RECEITA

Art. 10º. São receitas do Município:

- I – os Tributos de sua competência;
- II – a quota de participação nos Tributos arrecadados pela União e pelo Estado de Goiás;
- III – o produto de arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos, a qualquer título, pagos pelo Município, suas autarquias e fundações;
- IV – as multas decorrentes de infrações de trânsito, cometidas nas vias urbanas e nas estradas municipais;
- V – as rendas de seus próprios serviços;
- VI – o resultado de aplicações financeiras disponíveis no mercado de capitais;
- VII – as rendas decorrentes do seu Patrimônio, inclusive a alienação de bens móveis e imóveis;
- VIII - a contribuição previdenciária de seus servidores; e
- IX – outras.

Art. 11. Considerar-se-á, quando da estimativa das Receitas:

- I – os fatores conjunturais que possam vir a influenciar os resultados dos ingressos em cada fonte;



II – as metas estabelecidas pelo Governo Federal para o controle da economia com reflexo no exercício monetário, em cotejo com os valores efetivamente arrecadados no exercício de 2017 e exercícios anteriores;

III – o incremento do aparelho arrecadador Municipal, Estadual e Federal que tenha reflexo no crescimento real da arrecadação;

IV – os resultados das Políticas de fomento, incremento e apoio ao desenvolvimento Industrial, Agro-Pastoril e Prestacional do Município, incluindo os Programas, Públicos e Privados, de formação e qualificação de mão-de-obra;

V – as isenções concedidas, observadas as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, publicada no Diário Oficial da União em 05/05/2000;

VI – evolução da massa salarial paga pelo Município, no que tange o Orçamento da Previdência;

VII – a inflação estimada, cientificamente, previsível para o exercício de 2018;

VIII – outras.

Art. 12. Na elaboração da Proposta Orçamentária, as previsões de receita observarão as normas técnicas legais, previstas no art.12 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Parágrafo único. A Lei orçamentária:

I - corrigirá os valores das dotações com a instituição de índice que reflita a variação de preços de julho a dezembro de 2017, e havendo necessidade, a correção se fará também a cada trimestre, a contar do mês de janeiro, utilizando-se como forma de correção, sempre levando em consideração os valores orçamentários originais, atualizados;

II - autorizará a abertura de créditos suplementares para reforço de dotações orçamentárias, em percentual mínimo de até 60% (sessenta por cento) do total da despesa fixada, observados os limites do montante das despesas de capital, nos termos do inciso III, do artigo 167, da Constituição Federal, autorizando também a criação de elementos de despesas não consignados no orçamento não alterando a ação programática, a criação de fontes de recursos através de decreto orçamentário, utilizando como recursos a anulação de dotações do próprio orçamento, o excesso de arrecadação do exercício realizado e projetado, e o *superávit* financeiro, se houver, do exercício anterior;

III - conterá reserva de contingência, destinada ao:

a) reforço de dotações orçamentárias que se revelarem insuficiente no decorrer do exercício de 2018, nos limite e formas legalmente estabelecidas;



b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

IV - autorizará a realização de operações de créditos, condicionada ao atendimento das normas estabelecidas pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e Resoluções do Senado Federal, inclusive as já autorizadas por lei específica.

V – autorizará a realização de operações de crédito por antecipação da receita, utilizando como referência o total da receita corrente líquida.

VI - autorizará as alterações necessárias nas estimativas de receitas e fixações de despesa para o exercício de 2018, para atendimento e adequação às NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme atos normativos da STN - Secretária do Tesouro Nacional e TCM - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

VII - autorizará a realização de alienações de bens móveis e imóveis do município, especificando rubricas de receitas específicas para esse fim, vinculando os respectivos recursos de capital ao reinvestimento de projetos, salvo para recolhimento de dívidas previdenciárias, conforme estabelece o art. 44 da Lei Complementar n.º 101/2000.

VIII - autorizará a utilização do saldo anterior proveniente dos recursos do FUNDEB, mediante abertura de crédito adicional limitado ao percentual de 5% estabelecidos pela legislação federal, utilizando como cobertura o superávit financeiro do exercício anterior nas fontes de recursos específicas do fundo.

IX – Garantirá recursos específicos para cobertura dos Precatórios Judiciais previstos para 2018, utilizando como parâmetro as informações fornecidas pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 13. A receita deverá estimar a arrecadação de todos os tributos de competência municipal, assim como os definidos na Constituição Federal.

Art. 14. Na proposta orçamentária a forma de apresentação da receita deverá obedecer à classificação estabelecida na Lei nº 4.320/64.

Art. 15. O orçamento municipal deverá consignar como receitas orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feita por outras pessoas de direito público ou privado, que sejam relativos a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extra-orçamentária, cujo produto não tenham destinação a atendimento de despesas públicas municipais.

Art. 16. Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objetos de projetos de leis a serem enviadas as Câmaras Municipais, no prazo legal e constitucional.



Parágrafo único. Os projetos de lei que promoverem alterações na legislação tributária observarão:

- I – revisão e adequação da Planta Genérica de Valores dos Imóveis Urbanos;
- II - revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano, sem ultrapassar os limites máximos já fixados em lei, respeitando a capacidade econômica do contribuinte e a função social da propriedade;
- III - revisão e majoração das alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV – revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos dos serviços prestados;
- V – instituição e regulamentação da contribuição de melhorias sobre obras públicas.

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES DAS DESPESAS

Art. 17. Constituem despesas obrigatórias do Município:

- I – as relativas à aquisição de bens e serviços para o cumprimento de seus objetivos;
- II – as destinadas ao custeio de Projetos e Programas de Governo;
- III – as decorrentes da manutenção e modernização da Máquina Administrativa;
- IV – os compromissos de natureza social;
- V – as decorrentes dos pagamentos ao pessoal do serviço público, inclusive encargos;
- VI – as decorrentes de concessão de vantagens e/ou aumento de remuneração, atendimento ao piso nacional de algumas categorias, cumprimento da data base dos servidores, concessão a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal por prazo determinado ou concurso público, pelos poderes e órgãos do Município, que, por força desta Lei, ficam prévias e especialmente autorizados, ressalvados as empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista;
- VII – o serviço da Dívida Pública, fundada e flutuante;
- VIII – a quitação dos Precatórios Judiciais e outros requisitórios;
- IX – a contrapartida previdenciária do Município;



X – as relativas ao cumprimento de convênios;

XI – os investimentos e inversões financeiras; e

XII – outras.

Art. 18. - Considerar-se-á, quando da estimativa das despesas;

I – os reflexos da Política Econômica do Governo Federal;

II – as necessidades relativas à implantação e manutenção dos Projetos e Programas de Governo;

III – as necessidades relativas à manutenção e implantação dos Serviços Públicos Municipais, inclusive Máquina Administrativa;

IV – a evolução do quadro de pessoal dos Serviços Públicos;

V – os custos relativos ao serviço da Dívida Pública;

VI – as projeções para as despesas mencionadas no artigo anterior, com observância das metas e objetos a serem programadas no PPA;

VII – outros.

Art. 19. Deverá haver um equilíbrio entre a receita e a despesa para o período do orçamento de 2018, orientado no que segue:

I – se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30(trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e de movimentação financeira;

II – no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas;

III – Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, à coleta e a reciclagem de lixo, à iluminação pública e a gastos com água, luz e telefone;

IV – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que permitam a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, as despesas analisadas e consideradas de caráter relevante necessitam de prévia



declaração orçamentária para sua execução conforme art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

V – Para efeito de limitação de empenho será utilizada a seguinte ordem de critério:

a) redução das despesas gerais de manutenção dos órgãos, que não afetem seu regular funcionamento;

b) redução dos gastos com terceirizados;

c) suspensão de programas de investimentos ainda não iniciados;

d) redução de ocupantes de cargos em comissão;

e) redução de gastos com pessoal não estável;

f) redução de gastos com pessoal estável.

Art. 20. As despesas com pessoal e encargos sociais, ou concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, só poderá ter aumento real em relação ao crescimento efetivo das receitas correntes, desde que respeitem o limite estabelecido no art. 71, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Art. 21. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, inciso II do Art. 153 e nos Art. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizadas no exercício anterior.

Parágrafo único. De acordo com o inciso III do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009, o percentual destinado ao Poder Legislativo de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás é de 7% (sete por cento).

Art. 22. As despesas com pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais e específicas, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 23. Os projetos em fase de execução desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta lei, terão preferência sobre os novos projetos.

Art. 24. A Lei Orçamentária poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênios e contratos, desde que sejam da conveniência do governo municipal e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.



Art. 25. O Município deverá investir prioritariamente em projetos e atividades voltados à infância, adolescência, idosos, mulheres e gestantes buscando o atendimento universal à saúde, assistência social e educação, visando melhoria da qualidade dos serviços.

Art. 26. Fica autorizado a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, recursos do Município para Clubes, Associações e quaisquer outras entidades congêneres, em especial entidades que exerçam atividades vinculadas a creches, escolas para atendimento de atividades de pré-escolas, centro de convivência de idosos, centros comunitários, unidades de apoio a gestantes, unidade de recuperação de toxicômanos e outras com finalidade de atendimento às ações de assistência social por meio de convênios.

Art. 27. O Poder Executivo através de Lei específica poderá firmar convênios com outras esferas governamentais e não governamentais, para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde, habitação, abastecimento, meio ambiente, assistência social, obras e saneamento básico.

Art. 28. A Lei Orçamentária Anual autorizará a realização de programas de apoio e incentivo às entidades estudantis, destacadamente no que se refere à educação, cultura, turismo, meio ambiente, desporto e lazer e atividades afins, bem como para a realização de convênios, contratos, pesquisas, bolsas de estudo e estágios com escolas técnicas profissionais e universidades.

Art. 29. Fica autorizado na LOA - Lei Orçamentária Anual a concessão de auxílios e subvenções, através de projeto básico e convênio específico firmando entre o município e entidades.

Art. 30. O Município está autorizado a participar de Consórcios Públicos, nos moldes da Lei Federal n.º 11.107/2005 e Decreto n.º 6.017/2007.

Art. 31. Os recursos poderão ser programados para atender despesas de correntes e de capital, inclusive amortizações de dívidas por operações de crédito, após deduzir os recursos destinados a atender gastos com pessoal e encargos sociais, com serviços da dívida e com outras despesas de custeio administrativos e operacionais.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 32. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os órgãos e unidades orçamentárias, inclusive: fundos, fundações, autarquias que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições previstas na Constituição Federal;

II – da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III – do orçamento fiscal; e



IV – das demais receitas diretamente arrecadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, o respectivo orçamento.

Art. 33. Na elaboração do Orçamento da Seguridade Social serão observadas as diretrizes específicas da área.

Art. 34. As receitas e despesas das entidades mencionadas serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no Orçamento Anual.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. A Secretaria Municipal de Administração, fará publicar junto a Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da despesa, por projeto, atividade, elemento de despesa e seus desdobramentos e respectivos valores.

Parágrafo único. Caso o projeto da Lei Orçamentária não seja aprovado até 31 de dezembro de 2017, a sua programação poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 36. O Projeto de Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2018, será encaminhado a Câmara Municipal até 04 (quatro) meses antes de encerramento do corrente exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento de Sessão Legislativa.

Art. 37. O Poder Executivo colocará a disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de seus projetos orçamentários, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

Art. 38. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como a alteração de suas competências ou atribuições.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes ao orçamento de 2018, ressalvados os casos autorizados em Lei própria, os seguintes gastos:

I – de pessoal e respectivo encargo, que não poderão ultrapassar o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) das receitas correntes, no âmbito do Poder Executivo, nos termos da alínea “b”, do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101/2000;



II – pagamento do serviço da dívida; e

III – transferências diversas.

Art. 40. Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão da amortização de empréstimos, serão respeitadas as prioridades e metas constantes desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

Art. 41. Com vistas ao atingimento, em sua plenitude, das diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal, previstas nesta Lei, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a adotar as providências indispensáveis e necessárias à implementação das Políticas aqui estabelecidas, podendo inclusive articular convênios, viabilizar recursos nas diversas esferas de Poder, contrair empréstimos, observadas a capacidade de endividamento do Município, subscrever quotas de consórcio para efeito de aquisição de veículos e máquinas rodoviários e outros.

Art. 42. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS, 13 de JUNHO de 2017.

VANDO VITOR ALVES
PREFEITO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LUCAS CARDOSO DE SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALLIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DE SERVIDORES
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

	2014	2015	2016
DESPESAS	2014	2015	2016
DESPESAS PREVID RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (IV)	3.970.256,60	4.973.137,11	5.942.839,29
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	3.970.256,60	4.973.137,11	5.942.839,29
Pessoal Civil	3.779.640,10	4.716.153,92	5.628.931,32
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	190.616,50	256.983,19	313.907,97
Compensação Previdenciária RPPS p/ RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	190.616,50	256.983,19	313.907,97
DESPESAS PREVID RPPS (INTRA-ORÇAMENTARIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PREVID. - RPPS (VI) = (IV + V)	3.970.256,60	4.973.137,11	5.942.839,29
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	708.716,71	349.193,42	14.721,78

	2014	2015	2016
APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	2014	2015	2016
TOTAL DOS APORTES P/O RGPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos p/Cobertura Insufic. Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos p/Cobertura Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos p/Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DE SERVIDORES
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2014	2015	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	2.051.867,56	2.537.150,54	2.900.790,15
RECEITAS CORRENTES	2.480.613,98	2.611.808,50	2.900.790,15
Receitas de Contribuições dos Segurados	1.544.434,92	1.541.487,10	1.707.781,30
Passosal Civil	1.544.434,92	1.541.487,10	1.707.781,30
Passosal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	916.179,06	1.070.321,40	1.193.008,85
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária RGPS p/ RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-408.746,42	-74.657,96	0,00
RECEITAS PREVID.(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.627.105,75	2.785.179,99	3.056.770,92
RECEITAS CORRENTES	2.627.105,75	2.785.179,99	3.056.770,92
Receitas de Contribuições	2.627.105,75	2.785.179,99	3.056.770,92
Patronal	2.627.105,75	2.785.179,99	3.056.770,92
Passosal Civil	2.627.105,75	2.785.179,99	3.056.770,92
Passosal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID.RPPS (III) = (I+II)	4.678.973,31	5.322.330,53	5.957.561,07



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

PÁG: 003

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC.
2017	6.863.993,86	5.237.027,12	1.626.966,74	1.626.966,74
2018	7.851.038,76	5.352.513,20	2.498.525,56	4.125.492,30
2019	8.915.977,50	5.424.528,80	3.491.448,70	5.989.974,26
2020	10.058.078,46	5.563.479,39	4.494.599,07	7.986.047,77
2021	11.278.215,50	5.775.472,82	5.502.742,68	9.997.341,75
2022	12.576.951,90	6.128.729,69	6.448.222,21	11.950.964,89
2023	15.467.386,55	6.440.396,62	9.026.989,93	15.475.212,14
2024	16.143.079,91	6.921.090,53	9.221.989,38	18.248.979,31
2025	16.831.813,98	7.185.613,56	9.646.200,42	18.968.189,80
2026	17.547.354,86	7.774.158,48	9.773.196,38	19.419.396,80
2027	18.271.883,19	8.352.122,46	9.919.760,73	19.692.957,11
2028	19.006.586,74	10.012.479,38	8.994.107,36	18.913.868,09
2029	19.687.146,27	10.587.744,42	9.099.401,85	18.093.509,21
2030	20.375.432,60	11.016.575,20	9.358.857,40	18.458.259,25
2031	21.080.709,48	11.844.821,80	9.235.887,68	18.594.745,08
2032	21.780.045,64	12.565.096,70	9.214.948,94	18.450.836,62
2033	22.479.577,30	13.657.647,50	8.821.929,80	18.036.878,74
2034	23.156.994,15	14.352.381,50	8.804.612,65	17.626.542,45
2035	23.834.852,99	15.024.450,90	8.810.402,09	17.615.014,74
2036	24.514.555,02	15.959.272,00	8.555.283,02	17.365.685,11
2037	25.180.460,69	16.661.629,79	8.518.830,90	17.074.113,92
2038	25.845.705,11	17.859.823,37	7.985.881,74	16.504.712,64
2039	26.480.513,73	19.384.409,86	7.096.103,87	15.081.985,61
2040	27.063.492,23	19.908.902,52	7.154.589,71	14.250.693,58
2041	27.651.552,00	20.713.075,55	6.938.476,45	14.093.066,16
2042	28.228.232,83	20.925.871,64	7.302.361,19	14.240.837,64
2043	28.828.350,46	21.425.480,91	7.402.869,55	14.705.230,74
2044	29.436.118,35	22.491.528,93	6.944.589,42	14.347.458,97



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

PÁG: 004

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2045	30.018.025,40	23.323.895,33	6.694.130,07	13.638.719,49
2046	20.678.292,62	23.171.573,60	-2.493.280,98	4.200.849,09
2047	20.598.165,95	23.033.113,99	-2.434.948,04	-4.928.229,02
2048	20.522.233,95	23.105.607,95	-2.583.374,00	-5.018.322,04
2049	20.438.098,05	23.015.446,89	-2.577.348,84	-5.160.722,94
2050	20.355.032,33	23.100.814,71	-2.745.782,38	-5.323.131,22
2051	20.262.576,34	23.004.304,56	-2.741.728,22	-5.487.510,60
2052	20.171.086,51	22.636.512,08	-2.465.425,57	-5.207.153,79
2053	20.096.904,98	22.330.448,49	-2.233.543,51	-4.698.969,08
2054	20.037.373,82	21.992.262,67	-1.954.888,85	-4.188.432,36
2055	19.995.306,75	21.671.301,47	-1.675.994,72	-3.630.883,57
2056	19.970.725,58	21.561.540,35	-1.590.814,77	-3.266.809,49
2057	19.952.015,00	21.502.228,92	-1.550.213,92	-3.141.028,69
2058	19.936.507,86	21.413.553,72	-1.477.045,86	-3.027.259,78
2059	19.926.185,85	21.353.510,45	-1.427.344,60	-2.904.390,46
2060	19.919.588,73	21.283.788,17	-1.364.199,44	-2.791.544,04
2061	19.917.590,95	21.216.936,25	-1.299.345,30	-2.663.544,74
2062	19.920.282,97	21.140.154,75	-1.219.871,78	-2.519.217,08
2063	19.928.549,92	21.066.244,74	-1.137.694,82	-2.357.566,60
2064	19.942.562,08	20.982.148,41	-1.039.586,33	-2.177.281,15
2065	19.963.283,49	20.928.822,03	-965.538,54	-2.005.124,87
2066	19.989.278,73	20.872.330,90	-883.052,17	-1.848.590,71
2067	20.021.062,44	20.777.363,95	-756.301,51	-1.639.353,68
2068	20.061.298,84	20.720.877,92	-659.579,08	-1.415.880,59
2069	20.108.194,74	20.654.253,97	-546.059,23	-1.205.638,31
2070	20.162.766,54	20.620.546,78	-457.780,24	-1.003.839,47
2071	20.223.508,43	20.547.415,48	-323.907,05	-781.687,29
2072	20.293.164,80	20.463.619,04	-170.454,24	-494.361,29

[Handwritten signature]



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2073	20.372.919,25	20.420.725,69	-47.806,44	-218.260,68
2074	20.460.932,38	20.374.928,11	86.004,27	38.197,83
2075	20.557.882,96	20.326.172,51	231.710,45	317.714,72
2076	20.664.493,82	20.274.404,31	390.089,51	621.799,96
2077	20.781.534,51	20.212.063,42	569.471,09	959.560,60
2078	20.910.274,45	20.154.028,02	756.246,43	1.325.717,52
2079	21.051.166,62	20.085.155,17	966.011,45	1.722.257,88
2080	21.205.589,87	20.060.742,89	1.144.856,98	2.110.868,43
2081	21.371.728,57	19.985.501,87	1.386.226,70	2.531.083,68
2082	21.553.313,84	19.955.565,26	1.597.748,58	2.983.975,28
2083	21.748.574,53	19.915.064,97	1.833.509,56	3.431.258,14
2084	21.958.974,83	19.879.805,18	2.079.169,65	3.912.679,21
2085	22.185.118,64	19.833.722,17	2.351.396,47	4.430.566,12
2086	22.428.610,00	19.784.729,51	2.643.880,49	4.995.276,96
2087	22.690.674,47	19.741.063,49	2.949.610,98	5.593.491,47
2088	22.972.117,09	19.729.618,58	3.242.498,51	6.192.109,49
2089	23.272.177,62	19.672.090,55	3.600.087,07	6.842.585,58

Fonte: Sistema Magasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PODER EXECUTIVO ABADIANIA Data: 30/05/2016 hora: 17:43


VANDO VITOR ALVES
CPF: 254.380.771-34
PREFEITO MUNICIPAL


VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
CONTADOR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2018
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	0,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

Fonte: Sistema Megasoftware Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS Data: 16/08/2017 hora: 14:09

VANDO VITOR ALVES
CPF: 254.380.771-34
PREFEITO MUNICIPAL

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
CONTADOR



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO
2018

PÁG: 001

LR.F. art 5º inciso I

ESPECIFICAÇÃO	2018	R\$
RECEITA TOTAL	94.811.262,58	
(-) RECEITA NÃO PRIMÁRIA	0,00	
- APLICAÇÃO MERCADO DE CAPITAIS, OPERAÇÃO DE CREDITO		
- OPERAÇÃO DE CREDITO		
- ALIENAÇÃO DE BENS		
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS		
RECEITA PRIMÁRIA	94.811.262,58	
DESPESA TOTAL	94.811.262,58	
(-) DESPESA NÃO PRIMÁRIA	0,00	
- ENCARGOS COM A DIVIDA		
- AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA		
- CONCESSÃO DE EMPRESTIMOS		
DESPESA PRIMÁRIA	94.811.262,58	
RESULTADO PRIMÁRIO	0,00	

VANDO VITOR ALVES
CPF: 254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
CONTADOR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018

ARF(LRF,art 4º, § 3º)

R\$

PASSIVOS CONTIGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
SUBTOTAL		SUBTOTAL	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Frustração de Arrecadação : FRUSTAÇÃO DE ARRECADAÇÃO	550.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO	550.000,00
Frustração de Arrecadação : PERDAS NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO RPPS E DEMANDAS JUDICIAIS ACIMA DO PREVISTO NO ORÇAMENTO.	419.618,72	NAO UTILIZACAO DO VALOR ORÇADO DA RESERVA DE CONTIGENCIA DO RPPS	419.618,72
SUBTOTAL	969.618,72	SUBTOTAL	969.618,72
TOTAL	969.618,72	TOTAL	969.618,72

Fonte: Sistema Megasoftware Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS Data: 16/05/2017 14:10:30

VANDO VITOR ALVES
254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
004.209.981-10
CONTADOR



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
TOTAL						

Fonte:

VANDO VITOR ALVES
254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
004-299-981-10
CONTADOR



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

2018

RS

ESPECIFICAÇÃO	2018						2019						2020					
	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL		
Receitas Total	94.811.262,58	93.812.163,04	0,0700	144,3244	94.811.262,58	92.841.964,51	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244		
Receitas Primárias (I)	94.811.262,58	93.812.163,04	0,0700	144,3244	94.811.262,58	92.841.964,51	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244		
Despesas Total	94.811.262,58	93.812.163,04	0,0700	144,3244	94.811.262,58	92.841.964,51	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244		
Despesas Primárias (II)	94.811.262,58	93.812.163,04	0,0700	144,3244	94.811.262,58	92.841.964,51	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244	94.811.262,58	91.863.616,99	0,0700	144,3244		
Resultado Primário (III) = (I - II)																		
Resultado Nominal	921.137,78	911.431,04	0,0007	1,4022	921.137,78	902.005,09	0,0007	1,4022	921.137,78	892.499,96	0,0007	1,4022	921.137,78	892.499,96	0,0007	1,4022		
Dívida Pública Consolidada	56.320.228,98	55.726.739,21	0,0416	85,7322	56.320.228,98	55.150.417,35	0,0416	85,7322	56.320.228,98	54.569.254,78	0,0416	85,7322	56.320.228,98	54.569.254,78	0,0416	85,7322		
Dívida Consolidada Líquida	32.861.713,35	32.515.424,08	0,0243	50,0230	32.861.713,35	32.179.151,95	0,0243	50,0230	32.861.713,35	31.840.055,36	0,0243	50,0230	32.861.713,35	31.840.055,36	0,0243	50,0230		
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)																		
Despesas Primárias geradas por PPP (V)																		
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)																		

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS Data: 16/08/2017 Hora: 14:02

VANDO VITOR ALVES
CPF: 254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
CONTADOR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

AMF, Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

RS

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2016	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2016	% PIB	% RCL	VARIACÃO	
							VALOR	%
Receitas Total	73.211.915,19	0,0000	110,6912	2.473.132,19	0,0000	3,7392	-70.738.783,00	-0,9662
Receitas Primárias (I)	71.254.927,27	0,0000	107,7323	2.464.960,54	0,0000	3,7268	-68.789.966,73	-0,9654
Despesas Total	73.211.915,19	0,0000	110,6912	5.925.933,10	0,0000	8,9596	-67.285.982,09	-0,9191
Despesas Primárias (II)	72.892.419,96	0,0000	110,2081	5.620.650,35	0,0000	8,4980	-67.271.769,61	-0,9229
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.637.492,69	0,0000	-2,4758	-3.155.689,81	0,0000	-4,7712	-1.518.197,12	0,9271
Resultado Nominal	801.337,78	0,0000	1,2116		0,0000	0,0000	-801.337,78	-1,0000
Divida Pública Consolidada	38.000.000,00	0,0000	57,4533		0,0000	0,0000	-38.000.000,00	-1,0000
Divida Consolidada Líquida	25.000.000,00	0,0000	37,7982		0,0000	0,0000	-25.000.000,00	-1,0000

Fonte: Sistema Megafort Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS Data: 16/08/2017 Hora: 14:02

[Handwritten signature]

VANDO VITOR ALVES
CPF: 254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
CONTADOR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

AMF, Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	68.521.587,19	73.211.915,19	6,85	85.996.610,08	17,46	94.811.262,58	10,25	94.811.262,58	0,00	94.811.262,58	0,00
Receitas Primárias (I)	62.884.985,27	71.254.927,27	13,31	82.784.820,39	16,18	94.811.262,58	14,53	94.811.262,58	0,00	94.811.262,58	0,00
Despesa Total	68.521.587,19	73.211.915,19	6,85	85.996.610,08	17,46	94.811.262,58	10,25	94.811.262,58	0,00	94.811.262,58	0,00
Despesas Primárias (II)	67.967.020,25	72.892.419,96	7,25	84.764.479,88	16,29	94.811.262,58	11,85	94.811.262,58	0,00	94.811.262,58	0,00
Resultado Primário (I - II)	-5.082.034,98	-1.637.492,69	-67,78	-1.979.659,49	20,90	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Resultado Nominal	750.000,00	801.337,78	6,85	881.471,56	10,00	921.137,78	4,50	921.137,78	0,00	921.137,78	0,00
Dívida Pública Consolidada	41.753.663,15	38.000.000,00	-8,99	53.894.955,96	41,83	56.320.228,98	4,50	56.320.228,98	0,00	56.320.228,98	0,00
Dívida Consolidada Líquida	31.576.663,59	25.000.000,00	-20,83	31.446.615,65	25,79	32.861.713,35	4,50	32.861.713,35	0,00	32.861.713,35	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	67.091.704,63	72.444.008,70	7,98	85.996.610,08	18,71	93.816.804,45	9,09	92.851.152,47	-1,03	91.877.253,58	-1,05
Receitas Primárias (I)	61.572.725,18	70.507.547,27	14,51	82.784.820,39	17,41	93.816.804,45	13,33	92.851.152,47	-1,03	91.877.253,58	-1,05
Despesa Total	67.091.704,63	72.444.008,70	7,98	85.996.610,08	18,71	93.816.804,45	9,09	92.851.152,47	-1,03	91.877.253,58	-1,05
Despesas Primárias (II)	66.548.710,18	72.127.864,60	8,38	84.764.479,88	17,52	93.816.804,45	10,68	92.851.152,47	-1,03	91.877.253,58	-1,05
Resultado Primário (I - II)	-4.975.985,00	-1.620.317,33	-67,44	-1.979.659,49	22,18	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Resultado Nominal	734.349,28	792.932,69	7,98	881.471,56	11,17	911.476,13	3,40	902.094,35	-1,03	892.632,45	-1,05
Dívida Pública Consolidada	40.882.363,50	37.601.424,90	-8,03	53.894.955,96	43,33	55.729.496,32	3,40	55.155.875,22	-1,03	54.577.355,25	-1,05
Dívida Consolidada Líquida	30.917.733,72	24.737.779,54	-19,99	31.446.615,65	27,12	32.517.032,80	3,40	32.182.336,50	-1,03	31.844.781,82	-1,05

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável: PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS Data: 16/08/2017 hora: 14:02

VANDO VITOR ALVES
CPF: 254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
CONTADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00	0,0000
Reservas	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00	0,0000
Resultado Acumulado	7.108.625,36	0,0000	7.108.625,36	422,0000	3.601.276,02	843,0000
TOTAL	33.996.591,48	100,0000	7.108.625,36	100,0000	3.601.276,02	100,0000

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO RPPS	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00	0,0000
Reservas	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00	0,0000
Resultado Acumulado	7.108.625,36	0,0000	7.108.625,36	422,0000	3.601.276,02	843,0000
TOTAL	20.033,76	100,0000	29.985.392,02	100,0000	30.354.021,35	100,0000

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS Data: 16/08/2017 hora: 14:03

VANDO VITOR ALVES
CPF: 254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
CONTADOR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$

RECEITAS REALIZADAS	2016	2015	2014
RECEITAS DE CAPITAL (I)			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	49.573,31	0,00	49.885,00
Alienação de Bens Móveis	49.573,31	0,00	49.885,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	49.573,31	0,00	49.885,00

DESPESAS EXECUTADAS	2016	2015	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	49.573,31	0,00	0,00
Investimentos	49.573,31	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência Social			
TOTAL	49.573,31	0,00	49.573,31

SALDO FINANCEIRO	2016	2015	2014
VALOR (III)	0,00	0,00	49.885,00

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS. Data: 16/08/2017 hora: 14:03

VANDO VITOR ALVES
254.380.771-34
PREFEITO

VINICIUS HENRIQUE PIRES
004.209.981-10
CONTADOR